

O papel da igreja na segurança pública: uma análise das práticas sociais e comunitárias

The role of the church in public safety: an analysis of social and community practices

Marcos Andreyo Lopes Barroso¹

RESUMO

O presente artigo analisa o papel da Igreja na segurança pública, com foco em suas práticas sociais e comunitárias em contextos de vulnerabilidade. A pesquisa parte da compreensão de que a segurança pública não se limita à atuação estatal, sendo também influenciada por atores sociais que contribuem para a organização e o fortalecimento das comunidades. Nesse sentido, o estudo tem como objetivo compreender de que forma as instituições religiosas atuam na mediação de conflitos, na prevenção da violência e na reintegração social de indivíduos em situação de risco. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. A análise dos dados evidencia que a Igreja desempenha um papel relevante na construção de vínculos sociais, na promoção de valores e no fortalecimento da cidadania, especialmente em territórios onde a presença do Estado é limitada. Além disso, destaca-se sua atuação preventiva e seu potencial na redução de fatores de risco associados à criminalidade. Contudo, observa-se que essa atuação apresenta limites, não substituindo a responsabilidade estatal na garantia da segurança pública. Conclui-se que a Igreja atua como agente complementar, contribuindo para a construção de uma segurança pública mais integrada, participativa e sensível às realidades locais.

Palavras-chaves: Segurança pública. Igreja. Práticas sociais.

ABSTRACT

This article analyzes the role of the Church in public security, focusing on its social and community practices in contexts of social vulnerability. The study is based on the understanding that public security is not limited to state action, but is also influenced by social actors who contribute to community organization and strengthening. In this sense, the objective is to understand how religious institutions act in conflict mediation, violence prevention, and social reintegration of individuals in vulnerable situations. Methodologically, this

¹ Especialista em Segurança Pública, Policial militar, Manaus, Amazonas – Brasil

is a qualitative research with exploratory and descriptive characteristics, developed through a bibliographic review. The analysis shows that the Church plays a relevant role in building social bonds, promoting values, and strengthening citizenship, especially in areas where state presence is limited. It also highlights its preventive role and its potential to reduce risk factors associated with criminality. However, this performance has limitations and does not replace the responsibility of the State in ensuring public security. It is concluded that the Church acts as a complementary agent, contributing to a more integrated, participatory, and context-sensitive public security.

Keywords: Public security. Church. Social practices.

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública, historicamente associada às ações do Estado, tem sido cada vez mais compreendida como um campo que ultrapassa os limites institucionais formais e envolve múltiplos atores sociais. Em contextos marcados por desigualdades, vulnerabilidades e ausência de políticas públicas eficazes, diferentes organizações da sociedade civil passam a desempenhar papéis relevantes na construção de ambientes mais seguros. Entre esses atores, a Igreja se destaca por sua presença capilarizada, sua influência simbólica e sua capacidade de mobilização comunitária.

No cenário brasileiro, especialmente em regiões periféricas e socialmente fragilizadas, a Igreja frequentemente ocupa espaços onde o poder público não consegue atuar de maneira consistente. Por meio de ações pastorais, projetos sociais, acolhimento espiritual e iniciativas voltadas à juventude, essas instituições constroem redes de apoio que, direta ou indiretamente, impactam na prevenção da violência e na promoção de uma cultura de paz. Trata-se de uma atuação que, embora nem sempre reconhecida nas estatísticas oficiais, se manifesta de forma concreta no cotidiano das comunidades.

Entretanto, essa presença levanta questões importantes. Até que ponto a atuação da Igreja pode ser compreendida como parte integrante das estratégias de segurança pública? Quais são os limites dessa atuação em um Estado laico? E de que maneira práticas religiosas influenciam comportamentos sociais relacionados à violência, ao crime e à reintegração social? Essas indagações apontam para a necessidade de uma análise mais aprofundada e crítica sobre o tema.

A problematização deste estudo parte, portanto, da compreensão de que a segurança pública não se restringe ao aparato policial ou ao sistema de justiça

criminal. Ela envolve dimensões sociais, culturais e simbólicas que influenciam diretamente a dinâmica da violência. Nesse contexto, a Igreja surge como um agente que atua na formação de valores, na mediação de conflitos e na reconstrução de trajetórias individuais, o que justifica sua inclusão no debate acadêmico.

A justificativa para a realização deste trabalho reside na lacuna existente entre a prática social observada e a produção científica sobre o tema. Embora haja um reconhecimento empírico da atuação das igrejas em comunidades vulneráveis, ainda são escassos os estudos que sistematizam, analisam e problematizam essa contribuição sob a ótica da segurança pública. Assim, este artigo busca contribuir para o preenchimento dessa lacuna, oferecendo uma reflexão fundamentada e contextualizada.

Além disso, discutir o papel da Igreja na segurança pública é também reconhecer a complexidade das relações sociais que envolvem o fenômeno da violência. Ao considerar a atuação de instituições religiosas, amplia-se o olhar para além das respostas repressivas, incorporando perspectivas preventivas, educativas e comunitárias. Essa abordagem permite compreender a segurança pública de forma mais ampla e integrada.

O objetivo geral deste estudo é analisar o papel da Igreja na segurança pública, com foco em suas práticas sociais e comunitárias. Como objetivos específicos, busca-se identificar as principais ações desenvolvidas por essas instituições, compreender seus impactos nas comunidades em que estão inseridas e refletir sobre os limites e desafios dessa atuação no contexto contemporâneo.

A relevância deste trabalho está diretamente relacionada à necessidade de repensar os modelos tradicionais de segurança pública, que muitas vezes se mostram insuficientes diante da complexidade da violência urbana. Ao evidenciar a atuação da Igreja como agente social, o estudo contribui para a construção de uma perspectiva mais plural e colaborativa, na qual diferentes atores compartilham responsabilidades na promoção da segurança.

Esta pesquisa pretende não apenas descrever práticas, mas também provocar reflexões. Ao lançar luz sobre a atuação da Igreja, busca-se estimular o debate acadêmico e social acerca de novas possibilidades de enfrentamento da violência, valorizando iniciativas que emergem do próprio tecido comunitário e que, muitas vezes, fazem a diferença onde políticas públicas ainda não conseguem alcançar.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que busca compreender, interpretar e analisar a atuação da Igreja no contexto da segurança pública a partir de uma perspectiva teórica e reflexiva.

Quanto aos objetivos, a pesquisa possui caráter exploratório e descritivo. Exploratório, por possibilitar uma maior familiaridade com o tema, ampliando a compreensão sobre a relação entre religião e segurança pública; e descritivo, na medida em que busca identificar, organizar e apresentar as principais contribuições das instituições religiosas nesse campo. Essa classificação é fundamental para estruturar o estudo de forma coerente e alinhada aos seus propósitos investigativos.

No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de materiais já publicados, como artigos científicos, dissertações, teses e livros. Segundo Pereira et al., a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em fontes já existentes, permitindo ao pesquisador acessar diferentes perspectivas sobre o tema e construir uma análise fundamentada e crítica (Pereira et al., 2018).

A coleta de dados foi realizada por meio do levantamento e seleção de obras relevantes que abordam a relação entre religião, cidadania e segurança pública. Foram priorizados estudos que discutem a atuação de instituições religiosas em contextos de vulnerabilidade social, bem como aqueles que analisam políticas públicas e práticas comunitárias voltadas à segurança.

A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa, buscando identificar convergências, divergências e contribuições dos autores selecionados. Esse processo permitiu estabelecer um diálogo entre diferentes perspectivas teóricas, contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica do fenômeno estudado.

Além disso, adotou-se uma abordagem analítica que considera o contexto social e cultural em que as práticas religiosas estão inseridas, reconhecendo que a segurança pública não pode ser compreendida apenas sob uma perspectiva institucional, mas também a partir das dinâmicas sociais que a influenciam.

Ressalta-se que a pesquisa seguiu princípios éticos, respeitando a integridade das fontes utilizadas e garantindo a correta citação dos autores, conforme as normas acadêmicas vigentes.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Igreja, cidadania e segurança pública no contexto brasileiro

A relação entre religião e segurança pública no Brasil tem se consolidado como um campo relevante de análise, especialmente quando se observa a atuação de instituições religiosas em territórios marcados por vulnerabilidades sociais. Segundo Aguiar, a presença do cristianismo em espaços não tradicionais, como corporações de segurança e instituições prisionais, revela uma expansão das práticas religiosas para além do campo estritamente espiritual, assumindo também funções sociais e comportamentais (Aguiar, 2024).

Para Aguiar (2024), essa expansão não ocorre de maneira aleatória, mas está profundamente ligada à necessidade de construção de sentido em ambientes marcados por tensão e risco. O autor destaca que práticas religiosas, como o coaching espiritual, vêm sendo incorporadas em contextos institucionais como forma de orientar condutas e fortalecer valores éticos entre profissionais da segurança pública.

Nesse sentido, a religião passa a atuar como um elemento estruturante de comportamentos, influenciando diretamente a forma como agentes públicos lidam com situações de conflito. De acordo com Santos, a atuação de grupos como os “PMs de Cristo” evidencia como a fé pode contribuir para a construção de uma prática policial mais humanizada e orientada por princípios de cidadania (Santos, 2017).

Segundo Santos (2017), essa integração entre fé e profissão não implica necessariamente uma sobreposição entre religião e Estado, mas sim a incorporação de valores éticos que podem favorecer uma atuação mais equilibrada e menos violenta. O autor argumenta que a religiosidade, nesse contexto, funciona como um mecanismo de autocontrole e reflexão moral.

A discussão sobre cidadania também é central para compreender o papel da Igreja na segurança pública. Para Cabral, a participação comunitária é um dos pilares fundamentais para a construção de políticas públicas mais eficazes, sendo os conselhos comunitários de segurança espaços privilegiados para essa articulação (CABRAL, 2019).

De acordo com o autor, a presença de lideranças religiosas nesses espaços

contribui para ampliar o diálogo entre Estado e sociedade civil, fortalecendo práticas de segurança baseadas na cooperação e na confiança mútua. O autor destaca que a cidadania participativa não se constrói apenas por meio de instituições formais, mas também através de redes sociais e comunitárias

A atuação da Igreja nas periferias urbanas brasileiras revela uma complexa rede de relações que envolve dimensões religiosas, políticas e sociais. Segundo Machado, essas instituições não atuam de forma isolada, mas se inserem em projetos que articulam diferentes áreas, como saúde, mídia e segurança pública (Machado, 2013).

Para Machado (2013), essa “mistura” de funções evidencia a capacidade adaptativa das igrejas, que respondem às demandas locais de forma dinâmica e multifacetada. A autora ressalta que, em muitos casos, a Igreja se torna uma das poucas instituições presentes de forma contínua nesses territórios.

Essa presença constante permite que a Igreja desenvolva ações voltadas à prevenção da violência, especialmente entre jovens. De acordo com Ferreira et al., o policiamento comunitário já reconhece a importância de atores sociais na construção de ambientes mais seguros, destacando que a segurança pública deve ser pensada de forma integrada (Ferreira *et al.*, 2017).

Segundo Ferreira et al. (2017), a tensão entre os níveis micro e macro das práticas de segurança evidencia a necessidade de articulação entre políticas públicas e iniciativas locais. Nesse contexto, a Igreja aparece como um ator estratégico, capaz de atuar diretamente nas dinâmicas comunitárias.

A dimensão discursiva da segurança pública também é influenciada por instituições religiosas. Para Paula e Messenberg, os discursos sobre crime e punição presentes em determinados segmentos religiosos podem tanto reforçar quanto tensionar perspectivas punitivistas no cenário político brasileiro (Paula; Messenberg, 2023).

Segundo os autores, há uma disputa simbólica em torno da segurança pública, na qual diferentes visões, ora mais punitivas, ora mais ressocializadoras, coexistem e influenciam a formulação de políticas e a opinião pública (Paula; Messenberg, 2023).

A gestão social das políticas públicas de segurança também se beneficia da participação de atores não estatais. De acordo com Santo, o conceito de polícia cidadã pressupõe a construção de uma relação mais próxima entre Estado e

sociedade, baseada no diálogo e na corresponsabilidade (Santo, 2019).

Para o autor, essa abordagem rompe com modelos tradicionais centrados exclusivamente na repressão, valorizando práticas preventivas e educativas. Nesse cenário, a Igreja pode atuar como parceira na promoção de valores e na mediação de conflitos.

Além disso, a atuação religiosa no sistema prisional tem sido objeto de diversas análises. Segundo Aguiar, a presença de igrejas nesses espaços contribui para processos de ressignificação da identidade dos indivíduos privados de liberdade, oferecendo novas perspectivas de vida (Aguiar, 2024).

Para o autor, essa atuação não deve ser vista apenas como assistência espiritual, mas como uma estratégia que impacta diretamente na redução da reincidência criminal, ao promover mudanças comportamentais e sociais.

Por outro lado, é importante reconhecer os limites dessa atuação. De acordo com Machado, a forte presença de instituições religiosas em determinados territórios pode evidenciar lacunas do Estado, especialmente no que diz respeito à oferta de políticas públicas estruturadas (Machado, 2013).

Segundo a autora, essa substituição simbólica do Estado pode gerar dependência e fragilizar a construção de direitos universais, tornando necessário um equilíbrio entre atuação religiosa e responsabilidade estatal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos estudos selecionados evidência que a atuação da Igreja na segurança pública ocorre de forma difusa, porém significativa, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidade social. Segundo Machado, as instituições religiosas nas periferias urbanas assumem múltiplas funções, articulando dimensões sociais, políticas e de segurança, o que demonstra sua capacidade de adaptação às demandas locais (Machado, 2013). Essa leitura é reforçada por Aguiar, ao destacar que o cristianismo contemporâneo tem ultrapassado os limites do campo religioso tradicional, inserindo-se em espaços estratégicos como prisões e corporações de segurança (Aguiar, 2024).

Nesse cenário, um dos principais resultados diz respeito à função mediadora exercida pela Igreja. Para Santo, a construção de uma segurança pública cidadã passa necessariamente pelo fortalecimento de vínculos comunitários e pela atuação

de atores sociais diversos (Santo, 2019). Em consonância, Cabral afirma que a participação comunitária é elemento essencial para políticas de segurança mais eficazes, sendo as lideranças religiosas peças importantes nesse processo de mediação social (Cabral, 2019).

A mediação de conflitos realizada por instituições religiosas, embora informal, revela-se eficaz em contextos onde o Estado apresenta limitações operacionais. Segundo Santos, a presença de valores religiosos no cotidiano de agentes de segurança, como observado no grupo “PMs de Cristo”, contribui para práticas mais equilibradas e humanizadas (Santos, 2017). Para o autor, a religiosidade atua como um mecanismo de regulação moral, o que pode impactar positivamente a atuação policial.

Por outro lado, Ferreira et al. chamam atenção para a necessidade de compreender a segurança pública a partir da articulação entre níveis micro e macro, destacando que práticas locais, como as desenvolvidas por igrejas, precisam dialogar com políticas institucionais mais amplas (Ferreira et al., 2017). Nesse sentido, a atuação da Igreja não deve ser vista isoladamente, mas como parte de um ecossistema mais complexo de segurança.

Outro resultado relevante refere-se ao papel preventivo desempenhado pelas igrejas, especialmente entre jovens em situação de risco. Segundo Machado, projetos religiosos nas periferias frequentemente incorporam atividades sociais e educativas, funcionando como mecanismos de proteção contra a violência (Machado, 2013). Essa perspectiva dialoga com Santo, que defende a importância de ações preventivas e educativas na construção de uma segurança pública mais eficiente (Santo, 2019).

Além da prevenção, a reintegração social emerge como um campo importante de atuação religiosa. De acordo com Aguiar, a presença de igrejas em ambientes prisionais contribui para processos de ressignificação da identidade dos indivíduos, oferecendo novas possibilidades de pertencimento social (Aguiar, 2024). Para o autor, essa atuação pode impactar diretamente na redução da reincidência criminal, ainda que de forma não institucionalizada.

No entanto, ao analisar esse cenário, Paula e Messenberg introduzem uma importante tensão ao discutir os discursos religiosos sobre segurança pública. Segundo os autores, determinadas correntes religiosas tendem a reforçar perspectivas punitivistas, aproximando-se de discursos políticos que defendem

maior rigor penal (Paula; Messenberg, 2023). Essa visão entra em contraste com abordagens mais voltadas à ressocialização e ao acolhimento.

Essa divergência evidencia que a atuação da Igreja não é homogênea. Enquanto alguns grupos enfatizam o perdão e a reintegração, outros adotam discursos mais rígidos em relação ao crime. Para Santos, essa pluralidade reflete a própria complexidade da sociedade brasileira, sendo necessário analisar cada contexto de forma específica (Santos, 2017).

Outro ponto de discussão refere-se aos limites da atuação religiosa na segurança pública. Segundo Machado, a forte presença da Igreja em determinadas comunidades pode indicar não apenas sua relevância, mas também a ausência do Estado em garantir direitos básicos (Machado, 2013). Para a autora, essa substituição simbólica pode gerar dependência e fragilizar a construção de políticas públicas estruturadas.

Em diálogo com essa perspectiva, Cabral destaca que a participação comunitária, embora fundamental, não deve substituir a responsabilidade estatal, mas sim complementá-la (Cabral, 2019). O autor argumenta que a segurança pública deve ser construída de forma colaborativa, envolvendo tanto o Estado quanto a sociedade civil.

A dimensão simbólica da atuação religiosa também merece destaque.

Segundo Aguiar, a construção de sentido e pertencimento promovida pelas igrejas tem impacto direto na forma como indivíduos se posicionam diante da violência e da criminalidade (Aguiar, 2024). Essa dimensão, embora intangível, contribui para a formação de valores e comportamentos.

Ferreira et al. reforçam essa ideia ao afirmar que práticas de segurança pública eficazes dependem não apenas de ações operacionais, mas também de transformações culturais e sociais (Ferreira et al., 2017). Nesse contexto, a Igreja atua como agente de mudança simbólica, influenciando dinâmicas comunitárias.

Por fim, os resultados indicam que a Igreja pode ser compreendida como um ator relevante na segurança pública, mas sua atuação deve ser analisada com criticidade. Para Santo, a construção de uma segurança cidadã exige equilíbrio entre diferentes atores, evitando tanto a centralização estatal quanto a terceirização excessiva das responsabilidades (Santo, 2019).

Assim, ao articular as contribuições dos autores analisados, observa-se que a

Igreja ocupa um espaço estratégico na segurança pública brasileira, especialmente em contextos de vulnerabilidade. No entanto, sua atuação não substitui o Estado, mas evidencia a necessidade de políticas mais integradas, sensíveis às realidades locais e abertas à participação social (Cabral, 2019; Machado, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou que a atuação da Igreja na segurança pública brasileira vai além de sua função religiosa tradicional, assumindo um papel social relevante em contextos marcados por vulnerabilidade e ausência estatal. Ao longo do estudo, foi possível compreender que as práticas desenvolvidas por instituições religiosas contribuem diretamente para a mediação de conflitos, a promoção de valores e o fortalecimento das relações comunitárias, especialmente em territórios periféricos.

Observou-se, ainda, que a Igreja exerce uma influência significativa na construção de vínculos sociais e no estímulo à participação comunitária. Sua presença contínua nas comunidades permite a criação de redes de apoio que favorecem a confiança, o diálogo e a cooperação entre os indivíduos, elementos essenciais para a consolidação de ambientes mais seguros e organizados socialmente.

Outro ponto relevante refere-se ao caráter preventivo das ações religiosas. Por meio de atividades educativas, sociais e espirituais, a Igreja atua diretamente na formação de valores e na orientação de comportamentos, oferecendo alternativas à violência e contribuindo para a redução de fatores de risco, especialmente entre jovens em situação de vulnerabilidade.

Entretanto, também se evidenciou que a atuação da Igreja na segurança pública apresenta limites e desafios. Sua presença, muitas vezes, revela lacunas na atuação do Estado, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais estruturadas e abrangentes. Além disso, a diversidade de posicionamentos dentro do campo religioso demonstra que suas práticas não são homogêneas, exigindo uma análise cuidadosa de seus impactos sociais.

Dessa forma, conclui-se que a Igreja ocupa um espaço relevante no contexto da segurança pública, atuando como agente complementar na promoção da ordem social e na prevenção da violência. No entanto, sua atuação não substitui a

responsabilidade estatal, sendo fundamental a construção de estratégias integradas que articulem diferentes atores sociais, visando uma segurança pública mais eficaz, inclusiva e alinhada às necessidades da população.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Taylor Pedroso de. **Cristianismo não religioso: uma etnografia do coaching em igrejas, prisões e corporações de segurança pública no Brasil.** 2024.

CABRAL, Márcio José. **A cidadania participativa e as políticas de segurança pública: uma análise a partir do conselho comunitário de segurança da grande santa luzia, no município de Criciúma-SC.** 2019.

FERREIRA, Daniel Victor de Sousa *et al.* **Práticas estratégicas em segurança pública: a tensão relacional micro-macro no policiamento comunitário de uma Unidade da Polícia Militar de Minas Gerais.** 2017.

MACHADO, Carly. " **É muita mistura**": projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião & Sociedade*, v. 33, p. 13-36, 2013.

PAULA, Tiago Franco de; MESSEMBERG, Débora. **Entre a punição ressocializadora eo idealismo punitivo: a segurança pública nos discursos da Igreja Universal do Reino de Deus e nos de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 41, p. e268989, 2023.

PEREIRA, Adriana Soares *et al.* **Metodologia da pesquisa científica.** UAB/NTE/UFSM, 2018.

SANTOS, Odimar Barreto dos. **Cidadania, segurança pública e religião: um estudo de caso sobre a atuação dos PMs de Cristo no Estado de São Paulo.** 2017.

SANTO, Juarí Alexandre. **Gestão social de políticas públicas de segurança: princípios da polícia cidadã.** 2019.